



Índice

- 01** MPF recomenda que Prefeitura de São Paulo remova 400 cães abandonados em terra indígena
- 02** Índia Yawanawá vence preconceito e faz revolução feminina na floresta
- 03** O processo de demarcação está sendo revisto, diz o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo
- 04** Indigenismo comemora expulsão de agricultores
- 05** Aldeias e acampamentos indígenas no Mato Grosso do Sul: violência, insegurança e medo
- 06** MOBILIDADE - Secri fará reunião com estudantes negros e indígenas
- 07** Prefeitura apoia produção em aldeias indígenas de Dourados
- 08** Projeto desenvolvido entre MT e RO beneficia indígenas e extrativistas da região
- 09** Família de Oziel e lideranças indígenas afirmam que governo trata índio com descaso
- 10** Ações do Governo Federal beneficiam quilombolas e assentados da reforma agrária do Paraná
- 11** Prograd divulga Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes quilombolas



-
- 12** Aviso de pauta: Incra reconhece Comunidade Invernada Paiol de Telha (PR) como território quilombola
 - 13** Quilombolas: Comunidade Vila Nova estuda possibilidade de realizar Festa da Consciência Negra em Capão do Meio
 - 14** São Luís(MA): Defensoria garante uso da terra e de recursos naturais pela comunidade do Cajueiro
 - 15** Fundação Palmares certifica 24 comunidades do Maranhão como remanescentes de quilombos
 - 16** Quilombolas podem ser isentos de Imposto Territorial Rural
 - 17** Crise na saúde indígena: retaliação de órgão do governo deixa povo Karajá sem atendimento médico
 - 18** Rivalidade entre grupos indígenas termina com garota esfaqueada em São Jerônimo da Serra
 - 19** STF revoga demarcação de terra de índios Guayraroká
 - 20** Campanha de solidariedade à Terra Indígena de Kurussu Ambá
 - 21** Índios estão com tucanos e denunciam terrorismo do PT, diz jornal
 - 22** Reinaldo anuncia a criação da Superintendência de Assuntos Indígenas
 - 23** Decisões recentes ameaçam direitos territoriais indígenas e abrem polêmica no STF
 - 24** Projeto no Alto Vale quer devolver nome original à população indígena
 - 25** MPF aciona a Justiça para garantir salas de aula na aldeia



Boletim de Notícias - Edição nº 189/ 2014

Brasília, 21 de outubro de 2014.

26 [Ministério do Turismo divulga resultado de chamada pública](#)



MPF recomenda que Prefeitura de São Paulo remova 400 cães abandonados em terra indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.10.2014

Centro de Controle de Zoonoses deve adotar medidas para impedir que novos animais sejam deixados na aldeia

MPF/SP

O Ministério Público Federal recomendou ao Centro de Controle de Zoonoses da Prefeitura de São Paulo (CCZ) que providencie o recolhimento de cerca de 400 cães abandonados que vivem na terra indígena Jaraguá, na Zona Norte da capital paulista.

A Procuradoria também recomenda que sejam tomadas medidas para impedir que novos animais sejam deixados na região.

A terra indígena Jaraguá é hoje a menor aldeia demarcada no Brasil, com 1,5 hectare, e possui aproximadamente 800 habitantes. O elevado número de animais domésticos abandonados em espaço tão reduzido tem causado diversos problemas de saúde à população, como doenças na pele, enfermidades transmitidas pela água contaminada por fezes, além do surto de pulgas e carrapatos.

PIT BULL. O CCZ acatou parte da recomendação e recolheu na última sexta-feira, 17 de outubro, um cão da raça pit bull que havia sido abandonado na aldeia. O cachorro estava preso de forma improvisada num galinheiro devido à sua manifesta agressividade. O MPF ressaltou que, além da ameaça à integridade física das crianças e adolescentes indígenas que vivem na região, havia o risco à saúde do próprio animal, que poderia ser machucado pelos habitantes que se sentiam ameaçados.

A Procuradoria deu prazo de dez dias úteis para que o órgão da Prefeitura se manifeste em relação às medidas adotadas para o recolhimento dos demais cães e para impedir que novos animais sejam abandonados na região. O não cumprimento da recomendação, assim como a ausência de resposta dentro do prazo, acarretará a adoção das medidas judiciais e extrajudiciais necessárias.



Índia Yawanawá vence preconceito e faz revolução feminina na floresta

SÍTIO CEDEFES, 20.10.2014

Rucharlo, de 35 anos, dá novo status às mulheres da etnia em aldeia distante sete horas de barco do município acriano mais próximo

A voz é mansa. O tom é baixo. A fala é pausada. Rucharlo Yawanawá, de 35 anos, conversa como se a tranquilidade a habitasse. Nunca encara o interlocutor nos olhos, não gesticula, não grita ou gargalha. Seus modos contrastam com a revolução que liderou em sua própria vida e na tribo Yawanawá. Em uma aldeia no meio da densa Floresta Amazônica e distante sete horas de barco do município acriano mais próximo, Rucharlo se tornou a primeira mulher pajé — líder espiritual — de seu povo e, talvez, do país. É um raríssimo caso de liderança espiritual indígena feminina no Brasil.

O xamã ou pajé é, ao lado do cacique, a maior autoridade de um grupo indígena. No caso dos Yawanawá, são eles os guardiões dos conhecimentos da tribo, desde a medicina até as artes. Acredita-se que tenham dons sobrenaturais — de adivinhação, de cura e até mesmo de matar inimigos telepaticamente. Fazem também a interlocução entre os vivos e os ancestrais. Segundo a sabedoria indígena, são os espíritos que ensinam ao pajé os segredos mágicos. Tais comunicações acontecem em rituais em que os líderes espirituais tomam ayahuasca (chamada por eles de uni) e inalam rapé (uma mistura de tabaco em pó e da casca moída de uma árvore amazônica chamada por eles de tsunu).

O efeito alucinógeno e estimulante das substâncias permitiria aos xamãs entrar no mundo dos mortos e nos sonhos das pessoas doentes. As doenças, segundo os Yawanawá, sempre têm explicação espiritual. E é o xamã quem descobre a causa do problema nessas incursões oníricas. Os pajés gozam de tanto respeito entre os Yawanawá que, com frequência, eles preferem fazer o tratamento religioso a recorrer à medicina convencional. Em caso de picada de jararaca, por exemplo, toda a família faz uma dieta, e a ferida é tratada com ervas, enquanto que, em hospitais convencionais, normalmente recorre-se à amputação do membro ferido. Dadas a escassez de recursos médicos e a distância entre a tribo e serviços hospitalares básicos, muitas vezes os ritos mágicos do pajé são a única opção.

PROCESSO AFUGENTOU OS HOMENS

Nesse contexto, é de se imaginar que muitos queiram se tornar pajés. Mas, além de vocação, o processo de formação de xamãs exige tantos sacrifícios e provações que, no começo dos anos 2000, a tribo enfrentou uma crise.

— Os pajés foram morrendo, e havia o risco de perdermos esse conhecimento. Os únicos que sobraram foram o Yawá e o Tatá — afirma Rucharlo, referindo-se a dois xamãs que, hoje, têm 102 e 97 anos, respectivamente.

CONT.



O processo para se tornar líder espiritual é, assim como o uso da ayahuasca, milenar. Até 2005, era também exclusivamente masculino. Para que o conhecimento seja revelado, é preciso que o índio coma um tubérculo considerado sagrado (o mucá) e passe um ano isolado dentro da floresta, sem contato com ninguém além dos demais pajés. A dieta é rigorosa: ao longo de 12 meses, não se pode tomar água nem comer carne de grandes animais.

A alimentação se restringe a pequenas quantidades de uma bebida de milho chamada caçuma e de peixes menores do que a palma da mão, além de banana verde. O recluso não pode ter contato com alimento adocicado — nem mesmo frutas. Os aspirantes a pajé recebem doses diárias de ayahuasca e de rapé e têm que manter a pele coberta pela tinta preta extraída do jenipapo. Eventualmente, devem tomar pequenas quantidades da saliva de uma jiboia, considerada a dona da sabedoria entre os indígenas. São proibidos de ver ou mesmo ouvir a voz de filhos e companheiros. Sexo, nem pensar. De tão penoso, o processo afugentava os homens.

— Vários deles já tinham tentado fazer a dieta e não tinham conseguido terminar. Por isso, quando Rucharlo resolveu se candidatar para a missão, esses homens se sentiram humilhados. O povo inteiro se revoltou, a vontade dela soava como um insulto para os espíritos dos velhos ancestrais. Nunca se havia visto nada parecido — afirma Júlia Yawanawá, irmã da agora pajé.

Até então, as mulheres eram proibidas até de se sentar ao lado das autoridades religiosas máximas, de tomar a ayahuasca, de participar dos rituais, de cantar as músicas tradicionais do povo.

— Havia muita resistência da tribo porque todo mundo tinha essa ideia de que a mulher não seria capaz de ser pajé — admite Shaneiru Yawanawá, filho do principal cacique Yawanawá.

Até então, a sina de Rucharlo era semelhante à de muitas mulheres da tribo. Casada aos 10 anos, aos 11 ela pariu o primeiro filho, com apenas sete meses de gestação, porque a barriga de criança não comportou o bebê até o fim. Mãe de família tão jovem, ela não pôde estudar. Relata que sofria espancamentos do marido com frequência. Mas ninguém na tribo intervinha diante das marcas arroxeadas no corpo e no rosto de Rucharlo:

— Quando resolvi fazer a dieta, meu marido disse que me largaria, mas para mim isso já não importava. Minha mãe ficou desesperada, achava que eu ia morrer. Os pajés riram de mim. Virei piada, mas fui em frente.

DESENHOS EXPOSTOS NO RIO E EM MINAS

No período da reclusão, começou a desenhar as revelações que recebia. Sem conhecer as letras, ela se fazia entender e registrava seu aprendizado por rabiscos. De tão bonitos, seus quadros já foram expostos em museus no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Com o tempo também descobriu que tinha o dom de “sentir o cheiro das doenças”, como descreve — habilidade fundamental para qualquer curandeiro. Mas, no processo, também chegou muito perto da morte. Aos nove meses de isolamento, acabou sendo levada a um hospital em Rio Branco com anemia severa. Mal se levantava. Recusou-se a fazer qualquer tratamento:

CONT.



— Eu tinha que provar que era capaz. Sabia que era minha missão colocar as mulheres em um novo patamar, eu tinha que resistir — afirma Rucharlo, que foi se recuperando aos poucos, com um reforço da alimentação na própria tribo.

Depois que ela se formou, outras cinco mulheres passaram pelo ritual. Quando a reportagem do GLOBO visitou a aldeia, Mariazinha Yawanawá, de 45 anos, que já é cacique por lá, completava sete meses de reclusão no processo para se tornar também pajé. Suas bochechas macilentas e seu tom de pele pálido denunciavam o sacrifício do corpo. Ela perdera cerca de 20 quilos no período. E já sabia possuir o dom da premonição.

— No ritual, a gente sente falta das coisas mais básicas. Eu sinto muita falta de água. Ao mesmo tempo, não encontro barreiras para o conhecimento. O mundo todo é diferente depois da experiência — disse Mariazinha, em tom quase inaudível e ainda mais lento que o de Rucharlo, em uma entrevista breve e que teve que ser autorizada, segundo os índios, pelos espíritos.

Na crença indígena, pajés são seres evoluídos, a meio caminho entre os vivos e os mortos. Por isso falam vagarosamente e não encaram um olhar. Se o mundo de Rucharlo mudou depois de sua experiência, ela também mudou a tribo e o mundo das demais mulheres da aldeia.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/>

O processo de demarcação está sendo revisto, diz o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 20.10.2014



Em quatro anos de governo, a Presidente Dilma Rousseff reconheceu 2 milhões de hectares, que deram origem a 11 terras indígenas, no Pará e no Amazonas. Neste ano, nenhum decreto foi assinado. A marca é 15 vezes menor do que a do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1999). Nas duas gestões, o tucano homologou 41 milhões de hectares distribuídos por 141 territórios, 93,5% deles no Norte do país. No governo Lula (2003-2010), foram 84 áreas, com 18 milhões de hectares.

A homologação, ato exclusivo do presidente, é a última etapa do processo de demarcação de uma área indígena, após a delimitação e a demarcação das terras feitas pela Funai.

Hoje, há 18 áreas em dez Estados aguardando a homologação da Presidência. Juntas, elas somam 1,6 milhão de hectares. Outras 15 áreas tem processos de demarcação em estágio avançado.

O Governo diz que as áreas dependem apenas da assinatura de Dilma para serem homologadas estão envolvidas em conflitos agrários, sociais e judiciais. O governo tenta ganhar tempo enrolando esses processos em um sistema de mediação onde as partes apresentam suas reivindicações. Nenhum conflito foi solucionado por esse meio até agora.

Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, nos últimos dois anos o governo se ateve a "apagar incêndios" em terras cuja demarcação por parte da Funai levou a "guerra" entre produtores rurais, de um lado, e índios, do outro. "O que ainda resta demarcar é conflituoso. Administramos conflitos no Amazonas, no sul da Bahia, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Na maioria desses casos tivemos que acionar as Forças Armadas", diz Cardozo, que afirma não ser possível estabelecer metas para o processo.

Segundo o ministro, as demarcações estão passando por uma revisão para assegurar que as áreas reivindicadas tenham realmente sido territórios indígenas no passado e o governo estuda criar um fundo para indenizar proprietários que receberam no passado títulos de posse de terras reivindicadas por indígenas.

Foto: Agência Brasil.



Indigenismo comemora expulsão de agricultores

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 20.10.2014

Felipe Milanez é um repórter indigenista. Suas matérias tem sempre o condão de iluminar o lado dos indigenistas e esconder todos os outros lados. Milanez escreve bem e suas matérias, em geral, alcançam veículos de mídia internacionais. É um (de)formador de opinião.

Milanez publicou hoje em sua página no Twitter a postagem reproduzida na cabeça deste post. O jornalista comemora o fato de que o PT "conseguiu devolver" as terras indígenas de Raposa Serra do Sol, Marãiwatsédé e Awá-Guajá aos índios. Esqueceu ele da Terra Indígena Pataxó-hã-há-hãe.

Esqueceu também de dizer que a devolução dos índios implica na retirada dos "intrusos", a desintrução, operações militares nas quais o Governo promove uma limpeza étnica nas áreas retirando à força todos aqueles não indígenas que vivem nas áreas demarcadas.

Na desintrução da Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, milhares de pequenos agricultores pobres foram jogados pelo Governo no olho da rua para que a área pudesse ser "devolvida para os índios", como diz Milanez.

[Assista ao vídeo.](#)

Na desintrução da Terra Indígena de Marãiwatsédé, no Mato Grosso, que precedeu ao expurgo étnico do Maranhão, a própria Secretaria de Direitos Humanos do Governo reconhece formalmente que houve violações de direitos humanos das pessoas que foram retiradas da terra pelo Governo para que as áreas pudessem ser entregues aos índios:

[Assista ao vídeo.](#)

A desintrução da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, foi feita nos mesmo moldes. Milhares de pessoa expulsas da área ainda perambulam pela periferia de Boa Vista, capital do estado.

É a antropologia da vingança:

[Assista ao vídeo](#)



Aldeias e acampamentos indígenas no Mato Grosso do Sul: violência, insegurança e medo

SÍTIO CIMI, 20.10.2014

Brasília, Brasil e o mundo mais uma vez ouviram o clamor da situação de genocídio e o anúncio de suicídio coletivo do povo de maior população e pior situação do país, os Kaiowá-Guarani. Não é possível ficar insensível ou se omitir diante de um quadro dantesco de violência. Ou nos solidarizamos com essa luta de vida, justiça e paz ou seremos identificados pela história como cúmplices das piores crueldades contra um povo indígena no mundo. "Chorei", confidenciou um dos advogados do Cimi ao acompanhar alguns indígenas desse povo aos gabinetes dos ministros da Suprema Corte.

Parece que vão se esgotando todas as possibilidades de sobrevivência de um povo. É como se muros de concreto fossem sendo construídos para impedir que o sol da esperança continuasse a brilhar. "Cercaram a terra. Estão tentando fazer de cada pequena área ou confinamento, uma prisão. Roubam nossa liberdade, tentam prender nossos sonhos, negam nosso tekohá (terra tradicional.) Nos expulsam quando voltamos a nossas terras.

Então queremos dizer a vocês e a todas as pessoas em todo mundo que não vamos mais deixar nossos territórios. Se querem nos retirar, pedimos ao governo brasileiro que mande soldados, que venham os pistoleiros, enviem também a funerária, tratores para cavar grandes valas, pois é aí que vamos ficar". Essa declaração de uma das lideranças no Supremo Tribunal Federal (STF) bradou fundo nos corações dos presentes. Com esses termos também se pronunciaram lideranças religiosas e membros ameaçados de novas expulsões.



Gestos fortes como envolver os rostos com terra e comer terra, como grito de filhos da terra, deixaram perplexos os repórteres que estiveram na coletiva de imprensa no lado seco da grama do Supremo. "Essa é a nossa arma" mostrou um dos rezadores o maracá com o qual buscam abrandar a ira dos Nhandaru (Deus na cosmologia Kaiowá), para que a terra não seja destruída.

"Não acreditamos mais em vocês, pois já nos enganaram e mentiram demais. Nós vamos retomar as nossas terras". Essa decisão foi repetida inúmeras vezes, dentro do Ministério da Justiça, na presença do novo presidente da Funai, Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo. Conseguiram informações sobre o andamento de alguns processos de identificação, sendo que dos cinco Grupos de Trabalho (GT), apenas um o relatório foi concluído, com atraso de mais de três anos conforme compromisso assumido no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

CONT.



Noite de vigília, muita reza e ritual

Apesar de tudo, a resistência, a vida e a espiritualidade desse povo falam mais alto. Ao lado do Palácio da Justiça, as lonas pretas do acampamento. Ali passaram a noite em ritual, para que os corações dos ministros fossem amolecidos e os seus direitos e terras garantidas. As estrelas acompanharam toda a jornada como fiéis testemunhas do pacto de vida que estava sendo celebrado.

Lindo e dramático acordar entre os Três Poderes. Abrir os olhos e ver a justiça de olhos vendados. O que se pode fazer?



Era preciso recuperar esperança, encontrar com pessoas sensíveis e atuantes na garantia dos direitos indígenas. Na 6ª Câmara uma agenda propositiva. Hora de cobrar dos representantes do Ministério da Justiça ações efetivas no combate à violência. De nada adianta a presença da Guarda Nacional, da Polícia Federal e outros, se não existem condições objetivas e políticas claras de segurança nas áreas indígenas e proteção das comunidades e áreas ameaçadas submetidas a um contexto de violência. "A Funai de Dourados parece estar virando um quartel" desabafou uma das lideranças. Daí a conclusão de que segurança só com a demarcação das terras

Por fim, rituais de despedida. Certeza de que estão lutando pela vida e futuro de seu povo.

Egon Heck



MOBILIDADE - Secri fará reunião com estudantes negros e indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.10.2014

Assinatura da portaria será às 9h, no Ginásio de Esportes do município de Reserva do Iguçu/PR, com presença de representantes do Incra, da SEPPIR, da Terra de Direitos e de quilombolas do Paiol de Telha.



Comunidade quilombola Paiol de Telha (Foto: Carolina Goetten)

Terra de Direitos

Nesta terça-feira (21), em Reserva do Iguçu/PR, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra vai assinar a portaria de reconhecimento do território da comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha – Fundão, a primeira do Paraná a chegar a essa fase do processo de titulação. O ato de assinatura será às 9h, no Ginásio de Esportes do município de Reserva do Iguçu/PR. Está confirmada a presença do presidente do Incra, Carlos Mário Guedes de Guedes, da ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Paraná – SEPPIR, Luiza Bairros, bem como de representantes da comunidade Paiol de Telha e da Terra de Direitos, entre outras organizações de direitos humanos, movimentos sociais e órgãos de Estado.

A portaria de reconhecimento oficializa os limites do território quilombola e antecede o decreto de declaração de interesse social da área, que viabiliza a desapropriação. Pelas informações obtidas junto ao Incra, é possível que o decreto seja assinado ainda este ano, durante as comemorações do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro. Uma vez assinado o decreto, o Incra do Paraná deverá realizar vistorias de avaliação das áreas hoje ocupadas pela Cooperativa Agrária, grande produtora de commodities na região, para que então possam ser

CONT.

ajuizadas as ações de desapropriação, com a consequente devolução do território para os quilombolas.

As cerca de 300 famílias que viviam no território tradicional desde 1860 foram expulsas violentamente por imigrantes alemães – fundadores da Cooperativa – na década de 1970. Desde então os quilombolas estão divididos em quatro núcleos: Pinhão, Guarapuava, Assentamento e Barranco, este último localizado dentro do território, mas às margens de uma estrada local, onde os quilombolas vivem em condições precárias.



Foto: Carolina Goetten

O processo de titulação da comunidade caminhou a passos lentos, desde 2005, quando foi aberto no Incra. Em 2013, o caso do Paiol de Telha ganhou visibilidade com o julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4 de uma ação movida pela Cooperativa Agrária. A ação questiona o processo administrativo para a titulação do território, sob a alegação de que o Decreto 4887/03 seria inconstitucional.

A expressiva maioria dos desembargadores do TRF4 votou pela constitucionalidade do Decreto 4887/2003 e reafirmou a continuidade da atual política para titulação de territórios quilombolas. O julgamento terminou no dia 19 de dezembro com 12 votos a 3, vitória significativa diante de um quadro de pressão pela derrubada do Decreto, que é alvo de ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. O acórdão da decisão foi publicado em janeiro – acesse aqui o conjunto de documentos do julgamento.

Quilombolas no Paraná

Segundo a Fundação Cultural Palmares o Paraná tem 37 comunidades quilombolas com certidão de autorealhecimento emitida, primeira fase do processo de titulação -, 10 possuem Relatórios Técnicos de Identificação elaborados ou em fase de elaboração, e nenhum título emitido pelo INCRA.



Boletim de Notícias - Edição nº 189/ 2014

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Prefeitura apoia produção em aldeias indígenas de Dourados

SÍTIO DOURADOS AGORA, 5.11.2013

Informe ENSP



O filósofo francês Jean-Pierre Leroy foi o grande destaque da noite de abertura do 2º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente, que está acontecendo na capital mineira, Belo Horizonte. No contexto atual, no qual vivemos a expansão cada vez mais intensa da agricultura industrial e dos latifúndios monocultores no país, Leroy defende a resistência aos processos de desterritorialização e desapropriação dos territórios tradicionais, que, em nossa sociedade, são respaldadas pelos interesses governamentais e pela política do crescimento econômico. Segundo ele, nesse sentido, os saberes e competências associados ao local passam a ser desqualificados. O filósofo alerta, no entanto, que são nestes territórios que podem ser encontradas pistas para um futuro sustentável.

Na conferência, intitulada Direitos, justiça ambiental e políticas públicas, o pesquisador – que é membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e assessor da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) -, destacou que este simpósio é uma oportunidade de experimentarmos o encontro de conhecimentos, saberes e de absorção mútua para, assim, nos prepararmos melhor para o futuro. "Quando se fala em desterritorialização de povos tradicionais, muitos pensam: uns aqui, outros ali... o que significam esses números perto da densidade demográfica das nossas cidades? Porém, junto com a desterritorialização física vem

CONT.



a desterritorialização simbólica destes povos. Cortam as suas raízes e, com isso, eles perdem a possibilidade de continuar seu projeto de vida de integração profunda com a natureza”, destacou.

Leroy explicou que territórios tradicionais são entendidos como espaços necessários à reprodução social, cultural e econômica dos povos e comunidades tradicionais. Porém, para ele, trata-se de uma definição que não contempla a densidade do território e o que eles significam. “Ao longo de sua história esses espaços se tornaram locais de luta, de resistência e de organização de uma forma própria de viver e pensar sobre o futuro; de relação singular com a natureza”, disse ele. O palestrante argumentou ainda que as queimadas, falta de água e contaminações são consequência de um modelo alimentar já ultrapassado. “Esses acontecimentos e desastres vêm para mostrar que as nossas lutas devem nos fortalecer, pois são eles que têm as soluções e projetos para o amanhã. São [É] nos territórios tradicionais que podem ser encontradas as pistas para o futuro sustentável”, defendeu.

Jean-Pierre comentou que não é suficiente analisar decisões e políticas de governo. Na opinião do palestrante, é preferível falar em políticas de estado, pois estas têm uma dimensão mais profunda. “Estamos em um momento em que o capitalismo está em total internacionalização e tem a hegemonia sobre o mundo com a monopolização e oligopolização da produção. Portanto, o nosso debate parece pequeno, mas está inserido em opções mundiais. E é bom não esquecermos disso, pois não queremos apenas construir uma saúde ambiental para o Brasil. Queremos um projeto de saúde e ambiental que esteja inserido dentro de uma perspectiva global, que vai muito além do imediato e do nosso pequeno mundo”.

O conceito de justiça ambiental, defendeu Leroy, é mais que somente uma definição. É um grito, é uma luta travada para que ninguém entre na condição de atingido. É o grito dos que não aceitam ser destruídos, eliminados e silenciados pela injustiça e pelos processos de produção capitalista. E vai além. É um clamor dos povos e todos os tipos de minorias que percebem que seus modos de viver e de se relacionar com o meio ambiente são parte da solução. “Eles não querem ser vítimas enquanto o outro se beneficia do desenvolvimento, e também não são ultrapassados simplesmente porque escolheram viver em um outro modelo de desenvolvimento. A justiça ambiental é, além do grito, uma afirmação de que não se pode pensar em um futuro para a sociedade brasileira sem que o meio ambiente se torne parte da nossa vida”.

Projeto desenvolvido entre MT e RO beneficia indígenas e extrativistas da região
SÍTIO RONDONOTÍCIAS, 20.10.2014



Rondônia: Estimular e consolidar estratégias de desenvolvimento econômico pautadas na manutenção da floresta e respeito à cultura das populações. Este é o principal objetivo do projeto Pacto das Águas, patrocinado pela Petrobras por meio do Programa Petrobras Socioambiental, que há oito anos atua na região Noroeste de Mato Grosso e Sudeste de Rondônia.

O carro-chefe do projeto é o manejo da castanha-do-Brasil, mais conhecida como castanha-do-Pará, e do látex. Nessas duas frentes, o projeto já envolveu mais de 3 mil pessoas em atividades de manejo

florestal comunitário que produziram quase duas mil toneladas de castanha com casca entre, 2006 e 2014, além de 90 toneladas de látex de seringueiras nativas. Esses números representam a geração de mais de R\$ 5 milhões em renda para as comunidades em atividades sustentáveis na Amazônia.

Atualmente, vários povos indígenas integram essa iniciativa entre eles os Cinta Larga das Terras Indígenas Serra Morena e Parque Indígena Aripuanã, os Rikbaktsa da Terra Indígena Japuíra, os Gavião e os Arara da Terra Indígena Igarapé Lourdes. Além destes povos, os seringueiros da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, a única nesta categoria em Mato Grosso, também estão nessa rede.

De acordo com Plácido Costa, coordenador do projeto Pacto das Águas, mais do que a renda gerada, essas iniciativas oportunizam alternativas ao desmatamento e outras atividades insustentáveis na Amazônia. "Esse projeto nasceu do desejo de seringueiros, povos indígenas e agricultores familiares do noroeste da Amazônia mato-grossense e do sudeste de Rondônia em construir alternativas ao modelo de ocupação predominante nessa região, pressionada pelo avanço das frentes de desmatamento", explica.

Além de ser considerada como uma das mais bem sucedidas experiências em alternativas de geração de renda pautadas na conservação das florestas na Amazônia, o Pacto das Águas ajuda a garantir a produção de 2 mil hectares de floresta amazônica, considerando a área ocupada pelos povos participantes do projeto.

Para viabilizar o extrativismo da castanha-do-Brasil e do látex, o projeto prepara a formação de agentes ambientais indígenas, gestores de mercados das associações e grupos de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 189/ 2014

Brasília, 21 de outubro de 2014.

lideranças. Além disso, são oferecidas capacitações para jovens e mulheres nas áreas de manejo, gestão de negócios e em outras áreas como o associativismo e cooperativismo, envolvendo em média 300 pessoas.

O Pacto das Águas também apoia a captação e gestão de recursos do Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimentos (Conab) tanto para a gestão dos negócios da castanha quanto para valorização do trabalho das mulheres, a agrobiodiversidade nas roças e a segurança alimentar nas escolas indígenas, com o fornecimento da merenda com cardápio tradicional através de grupos de mulheres indígenas. Além do patrocínio da Petrobras, o projeto estabeleceu uma extensa rede de parceiros como a Fundação Nacional do Índio (Funai) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Também fazem parte da rede associações de povos indígenas e tradicionais, cooperativas como a Coocaram e empresas com a Inovar e Castanhas Rondônia.

Fonte: Assessoria

Família de Oziel e lideranças indígenas afirmam que governo trata índio com descaso
SÍTIO MIDIAMAX, 20.10.2014



Um ano e seis meses após a morte de Oziel Gabriel, durante conflito de terras na região Buriti, entre as cidades de Sidrolândia e Maracaju, a família do indígena se vê desamparada pelo governo estadual e pela União. O irmão de Oziel, Elizur Gabriel, afirmou que eles estão 'órfãos do Estado'.

Além de Elizur, um grupo de lideranças indígenas fará uma carta para ser encaminhada ao candidato à presidência Aécio Neves (PSDB), durante passagem dele por Campo Grande, nesta terça-feira (21), para pedir mais atenção do governo com os índios. A população indígena de Mato Grosso do Sul é a segunda maior do Brasil.

"Desde quando meu irmão morreu nada aconteceu. O governo não se pronunciou e empurra a situação da indenização das terras da Buriti. Isso é ruim para nós e para os fazendeiros. Precisamos de amparo para a saúde, educação e agricultura, as aldeias estão abandonadas", observou Elizur.

A reivindicação das lideranças é de que o Poder Público ouça a voz dos indígenas. Tema de debates eleitores, a questão que envolve os povos originais aparece entre os principais imbróglis da política brasileira. Elcio Terena, membro do Núcleo Indígena do PNUD (Programa das Nações Indígenas para o Desenvolvimento), aponta que falhas do governo têm deixado os índios na miséria.

"Queremos uma política de Estado, ninguém entende dos índios a não ser nós mesmos. Não queremos guerra. O índio está esquecido, nas aldeias faltam conteúdo, assistência e estrutura. Lutamos para que seja implantando um orçamento para atender os indígenas", pontua.

CONT.



Amanhã índios das regiões de Miranda, Nioaque, Aquidauana, além dos que moram em Campo Grande devem reunir-se para entregar as demandas para Aécio. Silvana Dias de Souza, outra líder indígena, relata que enquanto o Poder Público não resolve a questão, quem perde são as aldeias.

Segundo ela, o índio precisa sair de onde nasceu para conseguir viver. "Dói para o índio deixar sua cultura, sua casa e sua origem. Mas precisamos sair para encontrar melhores condições de vida, pois não há nas aldeias", disse.

Relembre a morte de Oziel

Em maio de 2013, o índio terena Oziel Gabriel morreu aos 35 anos durante uma operação de reintegração de posse na fazenda Buriti. Oziel era estudante universitário. O laudo da morte dele não apontou de onde saiu a bala que atingiu o indígena.

Criança é estuprada na Aldeia Bororo

Recentemente uma tragédia chocou Mato Grosso do Sul. Uma menina de nove anos foi estuprada por sete homens na Aldeia Bororo, em Dourados. A criança chegou a passar por cirurgia e precisou ser internada no hospital da cidade.

Conforme levantamento da Deam (Delegacia de Atendimento à Mulher), do mês de janeiro a setembro deste ano houve redução no registro de ocorrências relativas à violência contra a mulher nas duas aldeias de Dourados (Jaguapiru e Bororo), mas os casos de estupro aumentaram em relação ao mesmo período do ano passado.



Ações do Governo Federal beneficiam quilombolas e assentados da reforma agrária do Paraná

SÍTIO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 20.10.2014

Duas iniciativas importantes para quilombolas e assentados da Reforma Agrária do Paraná serão formalizadas nesta terça-feira (21). O ministro do Desenvolvimento Agrário Laudemir Müller participa das duas solenidades.

Na primeira, será assinada a portaria de reconhecimento do território quilombola Paiol da Telha, reivindicação antiga da comunidade. Na segunda, será assinado o projeto de repasse de recursos para a Cooperativa de Reforma Agrária e Erva Mate (Coopermate), da qual fazem parte 536 famílias de assentados.

A portaria reconhece a luta e os direitos de 300 famílias quilombolas que vivem na região central do estado, no município de Reserva do Iguaçu. O documento oficializa os limites do território quilombola e antecede o decreto de declaração de interesse social da área, que viabiliza ações de desapropriação e devolução do território para os povos e comunidades tradicionais.

Já o repasse de R\$ 3 milhões para a Coopermate, contempla a ampliação e modernização da agroindústria de erva mate e mistura de chás para infusão. Situada no município de Santa Maria do Oeste, a 357 quilômetros da capital Curitiba, a entidade atende oito assentamentos nos municípios Santa Maria do Oeste, Boa Ventura de São Roque e Pitanga.

O recurso é proveniente do programa Terra Forte que contempla projetos de fomento à agroindustrialização de assentamentos da reforma agrária.

Terra Forte

O Comitê Gestor Nacional é presidido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Comitê de Investimentos fica a cargo da Fundação Banco do Brasil. Também são parceiros o Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Serviço

Assinatura da portaria do Território Quilombola Paiol da Telha

Data: 21 de outubro de 2014 (terça-feira)

Horário: 8h30

Local: Ginásio de Esporte – município Reserva do Iguaçu (PR)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 189/ 2014

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Assinatura do Termo de Aprovação do Projeto entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Fundação Banco do Brasil e Cooperativa de Reforma Agrária e Erva Mate (Coorpermate) no âmbito do programa Terra Forte

Data: 21 de outubro de 2014 (terça-feira)

Horário: 15h

Local: Salão paroquial da Igreja Ucraniana – município Santa Maria D'Oeste (PR)

Ranyelle Andrade



Boletim de Notícias - Edição nº 189/ 2014

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Prograd divulga Edital do processo seletivo específico para ingresso de estudantes quilombolas

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 20.10.2014



A Universidade Federal do Rio Grande (FURG), por meio da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), torna público o Edital para o processo seletivo 2015 específico para ingresso de estudantes quilombolas.

Serão oferecidas dez vagas distribuídas entre os seguintes cursos de graduação: Enfermagem, Direito, Medicina, Engenharia Civil, Psicologia, Engenharia de Alimentos, Pedagogia, Ciências Contábeis, Administração e Licenciatura em Educação do Campo – Ênfase em Ciências da Natureza e Ciências Agrárias.

O processo seletivo destina-se, exclusivamente, a candidatos pertencentes a comunidades quilombolas no território nacional, que concluíram ou concluirão o Ensino Médio (segundo grau ou equivalente) até a data da solicitação da matrícula e que não possuam Ensino Superior completo.

Mais informações podem ser obtidas no Edital abaixo.

[Edital](#)



Aviso de pauta: Incra reconhece Comunidade Invernada Paiol de Telha (PR) como território quilombola

SÍTIO INCRA, 20.10.2014

O presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, assina nesta terça-feira (21) a portaria de reconhecimento do Território Quilombola Invernada Paiol de Telha, em Reserva do Iguaçu (PR), região central do estado. O ato público acontece às 9 horas, no Ginásio de Esportes do município. Os ministros do Desenvolvimento Agrário (MDA), Laudemir Müller, e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Helena Bairros, estarão presentes ao ato.

A portaria a ser assinada pelo presidente do Incra dá reconhecimento a uma área de 2,9 mil hectares. O próximo passo será a publicação de decreto presidencial de desapropriação do território. Em seguida, passa-se à fase de desintrusão de ocupantes não quilombolas e, por fim, ocorre a emissão do título de propriedade coletiva à comunidade.

Serviço:

Ato público de assinatura da portaria de reconhecimento do Território Quilombola Invernada Paiol de Telha

Quando: 21 de outubro (terça-feira) às 9 horas.

Onde: Ginásio de Esportes de Reserva do Iguaçu/

Contato: Cássia Morgana Faxina (41) 9238-6380.

Quilombolas: Comunidade Vila Nova estuda possibilidade de realizar Festa da Consciência Negra em Capão do Meio
SÍTIO RÁDIO CULTURA RIOGRANDINA, 20.10.2014



Foto: Divulgação/PMSJN

A Comunidade Quilombola Vila Nova, de São José do Norte, poderá sediar a próxima Festa da Consciência Negra, comemorada em 20 de novembro. O assunto foi tratado na reunião do Fórum Quilombola da Península, que aconteceu no dia 16, na sede da Comunidade Vila Nova, no Capão do Meio, onde estiveram presentes representantes das Secretarias da Agricultura e Pesca (Smag), da Assistência Social, Cidadania e da Mulher (Smascim); da Emater/RS-Ascar, além do vereador Ildomar Costa e integrantes das comunidades de SJN, Tavares e Mostardas.

O presidente da Comunidade Vila Nova, Flávio Machado, agradeceu a presença de todos e, ao mesmo tempo, lamentou a forte chuva que caiu na região, prejudicando o deslocamento de um número maior de quilombolas da Península.

Na ocasião, também foram discutidas demandas relacionadas à saúde quilombola, projetos produtivos, como culturas do arroz e do feijão miúdo; aquisição de maquinário para fomentar colheitas diversificadas na região; talão do produtor; Cooperativa de Agricultura Familiar (Coofam) e a unidade de beneficiamento de sementes; da Emater e do Incra; regularização fundiária, além do apoio da Prefeitura Municipal.

Festa da Consciência Negra

Quanto à celebração da Consciência Negra, Machado informou que o assunto será analisado, ressaltando que o comprometimento e o envolvimento das demais comunidades quilombolas da Península (Mostardas, Tavares, Palmares do Sul e Capivari) será fundamental para a realização da Festa em São José do Norte.

Com o incentivo dos demais participantes, o presidente da Comunidade Vila Nova comprometeu-se em manter contato com os demais envolvidos, a fim de criar uma comissão que possa buscar o apoio e o comprometimento das demais comunidades quilombolas e também de parceiros. "Sem o envolvimento e a participação de todos, não há possibilidade de realizarmos este evento, que é tão importante para manter viva a nossa cultura", afirmou ele.

CONT.



O assunto deverá retornar à pauta em nova reunião, agendada para os dias 23 e 24 de outubro, durante a Abertura da Colheita da Cebola e da I Jornada Técnica sobre a Cultura da Cebola e Diversificação da Agricultura Familiar, a serem realizadas no Estreito, na comunidade da Igreja Nossa Senhora da Conceição, dentro da programação festiva de aniversário de São José do Norte.

Executivo Municipal

O secretário de Agricultura e Pesca, Umberto Pinheiro, e as representantes da Smascim, Caroline Bandeira e Adriana Costa, manifestaram apoio quanto à possível realização da Festa da Consciência Negra em Capão do Meio.

O presidente Pedro Soares, da Associação Quilombola, na localidade das Capororocas, de Tavares, destacou e parabenizou a presença dos representantes da Prefeitura e da Câmara Municipal de São José do Norte, além da Emater, fortalecendo o encontro e possibilitando que novas ações possam ser realizadas em prol dos quilombolas.

Emater

De acordo com a supervisora regional da Emater/RS-Ascar Pelotas, Adriane Lobo, "é importante que as comunidades quilombolas se fortaleçam para aprofundar a organização que existe em suas comunidades. O fórum permite que elas se reúnam e, com isso, avancem neste processo. Para isso, precisam ter oportunidades e portas abertas".

Fonte: PMSJN



São Luís(MA): Defensoria garante uso da terra e de recursos naturais pela comunidade do Cajueiro
SÍTIO FÓRUM CARAJÁS, 20.10.2014

Justiça Estadual determina a abstenção, por parte da empresa WPR São Luís Gestão de Portos, de atos que impeçam a realização de plantações, de construções, do extrativismo e da pesca pela comunidade do Cajueiro, situada na região da Vila Maranhão



A Defensoria Pública do Estado (DPE), através do Núcleo de Moradia e Defesa Fundiária, conseguiu na Justiça Estadual liminar que determina a abstenção, por parte da empresa WPR São Luís Gestão de Portos, de atos que impeçam a realização de plantações, de construções, do extrativismo e da pesca pela comunidade do Cajueiro, situada na região da Vila Maranhão, na capital.

A decisão é fruto de medida cautelar preparatória de ação civil pública movida pela DPE contra o Estado do Maranhão e a WPR São Luís Gestão de Portos, que pretende instalar no local um terminal portuário e estaria proibindo, através de uma empresa de segurança, a comunidade de utilizar o seu território, inclusive impedindo o acesso às praias de Cajueiro e Parnauaçu.

Na liminar, o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, considerou os atos descritos pela DPE, que configurariam atentado a direito subjetivo público do indivíduo de fruir, sem limitações aos bens de uso comum do povo, como as vias do assentamento e as praias de Parnauaçu e Cajueiro, bem como as constantes ameaças sofridas pelos moradores e a instabilidade social existente na área.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 189/ 2014

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Na última terça (15), manifestantes das comunidades Cajueiro e adjacências, em ato de protesto, interditaram a BR -135, na altura da Vila Maranhão, resultando na prisão de quatro vigilantes, após informação da Polícia Federal de que a empresa de segurança contratada pela WPR São Luís estaria funcionando irregularmente.

A DPE aguarda ainda a apreciação do pedido de suspensão do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, em razão dos desapossamentos forçados efetivados pela empresa e que violariam decisão proferida pela Justiça Federal visando a preservação da comunidade, que integra a área do projeto da Reserva Extrativista Tauá-Mirim.

Por: DPE/MA

Fundação Palmares certifica 24 comunidades do Maranhão como remanescentes de quilombos

SÍTIO FÓRUM CARAJÁS, 20.10.2014

A certificação das comunidades que definem a si próprias como remanescentes de quilombos é a primeira etapa do processo para a garantia de direitos.



Autarquia vinculada ao Ministério da Cultura responsável por promover e preservar a arte e a cultura afro-brasileira, a Fundação Cultural Palmares certificou 27 comunidades como remanescentes de quilombos. Vinte e quatro das comunidades quilombolas ficam no Maranhão; duas na Bahia e uma em Minas Gerais. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União da última sexta-feira.

A certificação das comunidades que definem a si próprias como remanescentes de quilombos é a primeira etapa do processo de titulação que culmina com a posse definitiva do território, após o reconhecimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A certificação da Fundação, no entanto, já assegura às comunidades contempladas benefícios como o direito à moradia, saneamento básico e à participação em programas sociais do governo federal, como o Bolsa-Família. Até o momento a fundação já certificou ao menos 2.394 comunidades de 2.007. Um novo balanço com os dados atualizados deve ser divulgado ainda hoje.

As comunidades maranhenses são: Carapirá, Lago do Sapateiro e de São Vicente, na cidade de Guimarães; de Cedreiro e Simauma, Ponta do Curral, São José e São Miguel do Povoado Querés, em Penalva; Campinho, Deus Bem Sabe, Luciana, Malungos de Olho D'Água, Paxibal e Tanque da Rodagem e São João, em Serrano do Maranhão.

Também ficam no Maranhão as comunidades certificadas de Cuba e Sudário, no município de Pinheiros; Malhada dos Pretos e Santa Cruz, em Peri-Mirim; Sassuy, em Bequimão; Pericaú, em Cedral; Acre, em Cururupu e Rio do Curral, Mirinzal e Castelo, em Monção.

Da Bahia, a Fundação certificou como remanescentes quilombolas as comunidades de Baraúnas de Dentro e Lages do Batata, localizadas na cidade de Jacobina. Já em Minas Gerais, a comunidade reconhecida é a São Sebastião, no município de Patos de Minas.

Por: Correio do Brasil



Quilombolas podem ser isentos de Imposto Territorial Rural

SÍTIO PORTAL SBN, 20.10.2014

A Câmara dos Deputados aprovou na semana passada a Medida Provisória 651/2014, que dá incentivos tributários a vários setores e renegocia dívidas. Dentre as emendas aprovadas, está a que isenta do Imposto Territorial Rural (ITR) os imóveis oficialmente reconhecidos como áreas remanescentes de quilombos. A proposta é dos parlamentares federais Valmir Assunção (PT-BA) e Luci Choinacki (PT-SC).

"A Lei 9393 de 1996 já prevê a isenção deste imposto para pequenas glebas rurais em condições determinadas pela legislação. Agora, incluímos os quilombolas nestas determinações para facilitar a preservação destas comunidades sem que se gere uma situação de iniquidade fiscal", explica Valmir. A proposta segue para o Senado e precisa ser votada até o dia 6 de novembro.



Crise na saúde indígena: retaliação de órgão do governo deixa povo Karajá sem atendimento médico

SÍTIO ADITAL, 20.10.2014

Em São Félix do Araguaia, Estado do Mato Grosso, sede do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), vinculado à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde, há 1.200 quilômetros de Cuiabá, um grupo formado por lideranças indígenas Karajá, de 11 aldeias, em um ato de protesto, levou, no último dia 08 de outubro, o coordenador do Dsei, Milton Martins de Sousa, para uma de suas aldeias, na Ilha do Bananal, Estado de Tocantins, e a condição para liberá-lo seria uma reunião com o coordenador da Secretaria de Saúde Indígena, Antônio Alves de Sousa. No entanto, após quatro dias sem resposta ao pedido, Sousa conseguiu fugir da aldeia. Enquanto os vigilantes dormiam, funcionários do DSsei levaram o coordenador.



Milton Martins de Sousa, coordenador do Dsei

Em São Félix do Araguaia, Estado do Mato Grosso, sede do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), vinculado à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde, há 1.200 quilômetros de Cuiabá, um grupo formado por lideranças indígenas Karajá, de 11 aldeias, em um ato de protesto, levou, no último dia 08 de outubro, o coordenador do Dsei, Milton Martins de Sousa, para uma de suas aldeias, na Ilha do Bananal, Estado de Tocantins, e a condição para liberá-lo seria

uma reunião com o coordenador da Secretaria de Saúde Indígena, Antônio Alves de Sousa. No entanto, após quatro dias sem resposta ao pedido, Sousa conseguiu fugir da aldeia. Enquanto os vigilantes dormiam, funcionários do DSsei levaram o coordenador.

Reprodução

Milton Martins de Sousa, coordenador do Dsei

Após o retorno a São Félix do Araguaia, o coordenador do Dsei, suspendeu, indefinidamente, o atendimento às aldeias Karajá. O Dsei atende a mais seis etnias: Tapirapé, Guarani, Krenak, Javaé, Maxacali e Tapuiú, nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Tocantins. Os indígenas denunciam a retaliação inconstitucional por parte de Sousa, que paralisou o transporte, veículos e barcos, que realizam o deslocamento dos pacientes, além de dispensar as enfermeiras que realizam plantão nas aldeias. Sem dar explicações à comunidade, o coordenador se ausentou do Polo e, segundo informações, estaria em Goiânia (Goiás).

CONT.

Quando questionado pelo jornal Diário de Cuiabá, pelo ato de prender o coordenador para aldeia, Luis Carlos Mauri Karajá, cacique da aldeia Santa Izabel do Morro, em São Félix do Araguaia, afirmou que os karajá é um povo pacífico". Não somos a favor da agressão ou violência, só estamos cansados de sofrer. Nós estamos morrendo por negligência", denunciou.

O novo descaso gerou mais um protesto. No último dia 14 deste mês, os indígenas apreenderam veículos do Dsei, em uma nova tentativa de chamar a atenção das autoridades para suas exigências em favor da melhoria do atendimento à saúde de seu povo.

Mesmo diante da cobertura da mídia estadual para o caso, não aconteceu nenhum pronunciamento oficial de um representante da Sesai ou do próprio Ministério da Saúde, e o grupo encaminhou uma denúncia ao Ministério Público Federal e uma carta ao coordenador da Sesai. Na denúncia e na carta, a comunidade Karajá expõe a situação atual e enumera suas reivindicações.

[Leia a Carta: carta de reivindicações Karajá.](#)

Atualmente, segundo os indígenas, 90% dos barcos a motor estão quebrados, o que impossibilita o transporte dos pacientes. Eles querem que sejam realizadas a compra de peças para manutenção. A comunidade também exige a regularização dos contratos para compra de medicamentos, "pois não adianta ter médicos/as e enfermeiros/as se não têm medicamentos para continuar o tratamento", diz a carta.

Os indígenas cobram ainda esclarecimentos de possíveis atos de corrupção dentro do Dsei.



Questionam a contratação irregular de funcionários. E exigem que os contratos dos pilotos de barco sejam regularizados, pois estes, funcionários indígenas, estão há dois meses trabalhando sem garantias trabalhistas.

Na última sexta-feira, 17, o grupo vai se reuniu na aldeia Fontoura, na Ilha do Bananal, para discutir a situação e organizar novas ações. Os indígenas estão denunciando novamente uma situação que se arrasta por anos e que já foi comprovada pela Auditoria do Controladoria Geral da União (CGU). Em março deste ano, o jornal Folha de São Paulo noticiou o resultado dessa auditoria, que constatou um gasto irregular de 6,7 milhões de reais com a saúde indígena brasileira, nos anos de 2011 e 2012.

O Dsei Araguaia, um dos 34 distritos do país, foi apontado com um dos dois distritos onde foram encontradas as irregularidades. A auditoria apontou problemas de falta de infraestrutura, veículos quebrados, a existência de uma firma prestadora de serviços fantasma e um grande número de medicamentos vencidos.

CONT.



Alcoolismo, uma ferida aberta

O alcoolismo continua marginalizando e matando silenciosamente jovens, velhos, mulheres e homens karajá. Em 2004, a Fundação Nacional da Saúde (Funasa) divulgou uma pesquisa realizada com homens karajá de cinco aldeias: Tytemã, JK, Wataú, Santa Isabel, São Domingos e Fontoura – todas localizadas às margens do rio Araguaia, na divisa entre os Estados de Tocantins e Mato Grosso, próximas a São Félix do Araguaia, e Luciara, municípios matogrossenses. Dos 558 homens entrevistados, cerca de 214 disseram que consumiam bebidas alcoólicas, o que corresponde a 38,40% da população. Destes, 77% dizem ficar embriagados. Já foram realizadas diversas reuniões com o Ministério Público Federal, foi criada uma "Força-Tarefa" entre entidades, que saíram nas aldeias ministrando palestras e seminários, fazendo reuniões, mas, até o momento, não foi implementada nenhuma política pública efetiva para enfrentar o problema do alcoolismo.

Além de ser uma questão de saúde pública o alcoolismo entre os indígenas, hábito introduzido pelo contato com a sociedade não-índia, está influenciando a vida nas aldeias e ameaçando a segurança de seu território. O álcool, assim como na sociedade "branca", gera violência dentro das famílias, pobreza e marginalização.

Com informações de Comunicação Axa.

Leia também

[Reconhecimento e acesso aos direitos indígenas aumentam, mas profunda desigualdade persiste](#)

[Aumenta desvalorização e violência contra os povos indígenas no Brasil](#)



Rivalidade entre grupos indígenas termina com garota esfaqueada em São Jerônimo da Serra

SÍTIO O DIÁRIO, 20.10.2014

Uma adolescente de 16 anos foi esfaqueada durante uma suposta rixa entre duas etnias indígenas de uma das aldeias de São Jerônimo da Serra (78 km de Londrina). Por volta das 19h de domingo, ela deu entrada no pronto-socorro à procura de atendimento médico.

A garota de origem guarani apresentava diversos cortes, de acordo com dados da Polícia Militar. As primeiras apurações do crime mostraram que um grupo kaingangue e outro guarani, que hoje ocupam o mesmo território, envolveram-se em uma rivalidade.

Os caciques foram orientados e a Polícia Federal foi chamada para resolver a situação, já que se tratava de uma questão envolvendo índios - de responsabilidade do governo federal - e os autores do crime foram identificados.

STF revoga demarcação de terra de índios Guayraroká

SÍTIO INAJÁ NEWS, 20.10.2014

Lideranças questionam decisão da segunda turma; Nesta semana, protestos foram realizadas em Brasília



Por Bruno Pavan,
Da Redação

Diversos protestos de lideranças Guarani Kayowá aconteceram nesta semana, em Brasília (DF), diante da revogação, pela segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF), da Portaria Declaratória nº 3.219, de 2009, que reconheceu a Terra Indígena Guyraroká, em Mato Grosso do Sul (MS), como de ocupação tradicional indígena. Os índios alertam sobre os retrocessos da decisão.

A demarcação só dependia da sanção da presidenta Dilma Rousseff, mas o STF alegou o argumento do marco temporal como justificativa para a revogação. Segundo eles, os Guarani Kayowá não teriam o direito às terras porque, em 1988, ano da Constituição Federal, os índios não ocupavam as respectivas terras.

"A coisa está tão absurda que hoje querem nos penalizar por termos sido expulsos de nossos territórios. Querem que assumamos a culpa pelo crime deles. Durante décadas nos expulsaram de nossa terra à força e agora querem dizer que não estávamos lá em 1988 e por isso não podemos acessar nossos territórios?", ressalta a liderança Ava Kaaguy Rete.

O secretário executivo do CIMI, Cleber Buzatto, aponta que a decisão vai contra a própria posição do Supremo em outros casos, onde considerou que quando a retirada dos povos indígenas de seus territórios acontece com violência eles tem o direito de retornar a elas.

CONT.



"Mais de 40 lideranças visitaram gabinetes no Supremo e se reuniram com o ministro Gilmar Mendes e tentaram sensibilizar os ministros da consequência devastadora que essa decisão poderá ter para os indígenas do Brasil", explicou.

Na quinta-feira (16), os líderes se reuniram na frente da Advocacia Geral da União (AGU) e entregaram um documento solicitando a retomada das demarcações de terra pelo governo e a revogação da portaria 303 de 2012, que aplica condicionantes para a demarcação de todas as terras indígenas. Por Bruno Pavan,

Da Redação

Diversos protestos de lideranças Guarani Kayowá aconteceram nesta semana, em Brasília (DF), diante da revogação, pela segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF), da Portaria Declaratória nº 3.219, de 2009, que reconheceu a Terra Indígena Guýraroká, em Mato Grosso do Sul (MS), como de ocupação tradicional indígena. Os índios alertam sobre os retrocessos da decisão.

A demarcação só dependia da sanção da presidenta Dilma Rousseff, mas o STF alegou o argumento do marco temporal como justificativa para a revogação. Segundo eles, os Guarani Kayowá não teriam o direito às terras porque, em 1988, ano da Constituição Federal, os índios não ocupavam as respectivas terras.

"A coisa está tão absurda que hoje querem nos penalizar por termos sido expulsos de nossos territórios. Querem que assumamos a culpa pelo crime deles. Durante décadas nos expulsaram de nossa terra à força e agora querem dizer que não estávamos lá em 1988 e por isso não podemos acessar nossos territórios?", ressalta a liderança Ava Kaaguy Rete.

O secretário executivo do CIMI, Cleber Buzatto, aponta que a decisão vai contra a própria posição do Supremo em outros casos, onde considerou que quando a retirada dos povos indígenas de seus territórios acontece com violência eles tem o direito de retornar a elas.

"Mais de 40 lideranças visitaram gabinetes no Supremo e se reuniram com o ministro Gilmar Mendes e tentaram sensibilizar os ministros da consequência devastadora que essa decisão poderá ter para os indígenas do Brasil", explicou.

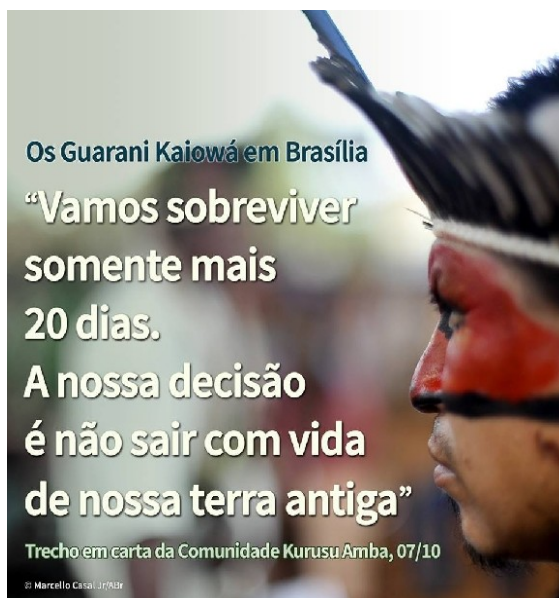
Na quinta-feira (16), os líderes se reuniram na frente da Advocacia Geral da União (AGU) e entregaram um documento solicitando a retomada das demarcações de terra pelo governo e a revogação da portaria 303 de 2012, que aplica condicionantes para a demarcação de todas as terras indígenas.



Campanha de solidariedade à Terra Indígena de Kurussu Ambá
SÍTIO CIMI, 21.10.2014

A todos os companheiros e companheiras,
Aos lutadores e lutadoras do povo,
Aos defensores e defensoras da vida e dos direitos humanos.

Frente a mais uma tragédia anunciada, prestes a ocorrer contra cerca de 250 indígenas Kaiowá no Mato Grosso do Sul, as entidades de defesa dos direitos humanos, movimentos sociais e sindicais, também organizações dos povos indígenas de MS, solidárias à luta dos povos indígenas do Brasil e do Mato Grosso do Sul, entre elas o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Centro da Defesa e Direitos Humanos- Marçal de Souza Tupã i (CDDH), Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Coletivo Terra Vermelho (CTV), Rede Nacional dos Advogados Populares (Rnap/MS), Centro de Documentação e Apoio aos Movimentos Populares (CEDAMPO), Centro de Estudos Bíblicos (Cebi), Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB),- Assembleia Guarani e Kaiowá (Aty Guasu) Conselho do Povo Terena e outros que podem ainda vir a



somar – estendem a todos e a todas o apelo de ajuda e solidariedade para com a comunidade da terra indígena de Kurussu Amba, localizada em Coronel Sapucaia – MS, que há muito luta pelo seu direito constitucional e sobretudo fundamental de ter uma vida digna e pelo mínimo acesso à seu território tradicional, medida essencial para sua sobrevivência física e cultural.

O histórico tanto das condições de “vida” as quais as famílias indígenas estão submetidas em Kurussu Amba, bem como da luta e resistência dos Kaiowá pela demarcação de sua Terra Indígena, são por si só alarmantes e guardam traços de uma profunda desumanidade, situações que infelizmente hoje, frente à atual conjuntura, só pode ser revertida com o apoio de entidades e grupos sociais que vêm se postando como aliados na garantia dos direitos do povo e no fortalecimento do princípio da luta pela vida.

Há muitos anos, entidades nacionais e internacionais vêm sistematicamente denunciando a situação de pura miséria vivida e sentida no dia a dia pela comunidade. Em casos mais agudos,

CONT.



cerca de 250 pessoas atravessam meses sem ter nenhuma alimentação ou fazendo uma refeição por dia à base de uma solução composta apenas por água e farinha. Esta condição somada à contaminação do córrego d'água que corta a pequena faixa onde os indígenas se encontravam desde 2009, por agrotóxico proveniente da monocultura já causou o falecimento de um grande numero de crianças. A situação tem se agravado com os constantes atrasos na entrega de apoio alimentar que deveria ser realizado pela Funai.

Ao mesmo tempo, vivendo desprovidos de suas terras, não conseguem exercer o direito de viver de acordo com seus costumes, tradições, crenças e modo de vida. Esta vivência de seus costumes e tradicionalidade é tão importante para os indígenas que o fato de não poder exercê-los chega a causar muitas vezes em diversos povos o abandono da vontade de viver. O direito em deter terras que permitam o desenvolvimento do modo de ser originário é assegurado pela Constituição Federal e sua garantia é postada na mesma como dever do Estado Brasileiro.

A única solução sabidamente possível para por fim a este estado de hiper-vulnerabilidade sofrida pela comunidade Kaiowá é a demarcação de Kurussu Amba, que garantiria sua soberania cultural e alimentar, esperada pelos indígenas desde de quando foram expulsos de seu território originário pelo plano do Governo em colonizar a região.

Ainda em 2007, por força do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre MPF e Funai deu-se inicio aos estudos antropológicos porem os mesmos encontram-se atualmente paralisados.

Com a medida de paralisação das demarcações adotada pelo Governo Federal os procedimentos foram interrompidos e a comunidade entrou novamente em estágio de intenso sofrimento. Restou a comunidade a busca direta pelo seu espaço e pela sua sobrevivência, porem medidas pacíficas que tão somente visam a sobrevivência da comunidade, em especial de seus filhos e filhas causaram aos Kaiowá um drástico e constante cenário de ataques realizados por pistoleiros e jagunços junto ao total descaso e "fechar de olhos" do Governo Federal.



A comunidade de Kurussu Amba é uma das que mais teve lideranças assassinadas por estarem em luta pela demarcação de suas terras no estado Mato Grosso do Sul. Desde 2007, já foram mais de dez assassinatos durante processos anteriores de tentativa de retomada desta mesma terra tradicional. Nos mais repercutidos, se destacam o assassinato de duas lideranças executadas deliberadamente por grupos armados, sendo, Xurite Lopes, importante rezadora com mais de 70 anos, e o líder Ortiz Lopes.

CONT.



Frente a todo este contexto e buscando uma oportunidade de viver, no dia 24 de setembro de 2014, a comunidade indígena de Kurussu Amba decidiu por retomar uma pequeníssima parcela de seu território tradicional, em específico, um espaço de terra para poder plantar e, após sofrerem represarias de um arrendatário, uma pequena sede da Fazenda Barra Bonita de propriedade de CERCY SILVEIRA DA SILVA, MARILENE NUNES DA SILVA, JOÃO ANTONIO FARIAS, mas atualmente arrendada para ROBERTO RAMOS e MARIA HELENA VANZELA RAMOS.

Nesta mesma data, retratando mais um quadro na galeria das violências acometidas contra os povos indígenas no estado celeiro do agronegócio, eram ouvidas junto à Justiça Federal de Ponta Porã/MS, as testemunhas arroladas pelo Ministério Público Federal em face de 19 acusados pela prática de diversos crimes, entre estes, o assassinato e a ocultação do cadáver do cacique Nízio Gomes[1] da terra indígena de Guaiviry.

Tão logo os indígenas começaram sua ação, buscaram eles mesmos notificar os órgãos responsáveis e garantir a tranquilidade do processo de retomada do pequeno espaço de terra. Os indígenas vêm denunciando todos os dias a movimentação de grupos armados que rondam o pequeno acampamento de suas famílias.

No dia 03[2] de outubro aconteceram os primeiros ataques concretos contra os Kaiowá, onde barracas foram destruídas e a comunidade passou por intenso momento de terror.

Como já era de se esperar, enquanto os indígenas seguem sem a demarcação de seu território e jagunços avançam diretamente contra as famílias indígenas, os proprietários buscaram na justiça o despejo do povo Kaiowá. No dia 29 de setembro de 2014, na sala de audiência da Justiça Federal de Ponta Porã-MS foi tentado um acordo que em termos rasos se resumia em reagrupar a comunidade em aproximadamente 10 hectares para que esperassem a conclusão do processo demarcação em melhores condições que a atual.

O resultado foi o pior possível. Mesmo que na audiência em si, o julgador não tenha proferido sua decisão de imediato, o fez três dias depois, no dia 06 de outubro onde foi determinado o prazo de 20 dias para que a comunidade desocupe a sede da fazenda e retorne, voluntariamente, aos quatro hectares que ocupavam às margens de uma pequena mata – área de proteção ambiental – mesmo local em que os indígenas tem vivido como indigentes por todos estes anos. Não bastasse isso, ainda foi utilizado no julgado a tese do “Marco Temporal” que veio a tona novamente nos últimos julgados do STF, tese esta que despreza todo o processo de expulsão sofrida pelos Guarani e Kaiowá nas décadas de 10 a 30 do século passado.

Nesta conjuntura, o momento é de grande preocupação e tensão e necessita da atenção de todos os cidadãos e entidades de defesa dos direitos humanos, pois está se caminhando para mais uma tragédia em Mato Grosso do Sul.

Temerosos pelo cumprimento da ordem de reintegração de posse no Kurussu Amba, pela possível e provável onda de ataques de jagunços uma vez que a comunidade encontra-se desassistida e, pelo alto teor de fome, sede, e todo o tipo de necessidades básicas que atacam

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 189/ 2014

Brasília, 21 de outubro de 2014.

diretamente os direitos humanos, a comunidade indígena de Kurussu Amba necessita do apoio e solidariedade dos aliados e pede:

O início de campanha de doação de alimentos e água e vestes para a comunidade

Local de Coleta: MST, Rua Juruena, 309, Bairro Taquarussu, Campo Grande-MS

[1] <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7741>

[2] http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7758&action=read



Índios estão com tucanos e denunciam terrorismo do PT, diz jornal
SÍTIO A GAZETA NEWS, 21.10.2014

Silvana Terena e Elizur Gabriel dizem que petistas esqueceram dos indígenas

Além de afirmar que o Governo do PT não está fazendo nada em favor dos índios, Silvana Terena, Elcio Terena e Elizur Gabriel - irmão de Oziel Gabriel, assassinado em Sidrolândia durante conflito em maio de 2013 - denunciaram que está havendo um clima de terrorismo nas aldeias, nesta reta final da campanha eleitoral do segundo turno. Eles anunciaram também apoio aos tucanos Reinaldo Azambuja e Aécio Neves

Silvana e Elizur, falando em nome do Movimento Indígena Urbano e das Bases, informaram que as aldeias de Miranda, Aquidauana, Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti estariam sendo visitadas por representantes do PT que declaram o risco que estariam correndo se votarem em Reinaldo Azambuja, para governador do Estado, e Aécio Neves, para presidente da República.

Eles declararam que o PT "não está com os índios" e por isso darão apoio aos candidatos tucanos e entregarão a eles, nesta terça-feira quando da visita de Aécio a Campo Grande, uma carta contendo diversas reivindicações.

Para eles, é importante que os índios tenham suas terras para trabalhar, mas defendem pagamento justos para os proprietários das áreas desapropriadas.

Fonte: Correio do Estado

Reinaldo anuncia a criação da Superintendência de Assuntos Indígenas

SÍTIO BBC NEWS, 21.10.2014

Depois de ICMS do gás e Vale Renda, a nova mentira do PT contra Reinaldo é sobre os índios



O candidato a governador Reinaldo Azambuja (PSDB) anunciou que, se eleito, irá criar a Superintendência de Assuntos Indígenas, proposta que já faz parte de seu programa de governo. A afirmação foi feita durante visita a Aquidauana, nessa sexta-feira (18), e em resposta a mais uma mentira propagada por apoiadores de Delcídio do PT contra a sua candidatura, dentro da tática de “política do terror” de seus marqueteiros.

“Eu sei que eles vão para dentro das aldeias e dizem que o Reinaldo não gosta de índios. O único programa que tem algo específico para as comunidades indígenas é o nosso: criação da Superintendência de Assuntos Indígenas. Nós vamos tratar junto com vocês, das comunidades indígenas, de produção, saúde, educação e também ampliação das aldeias indígenas. Não vou me omitir como governador do Estado”, afirmou Reinaldo.

Fim do conflito

O candidato tucano criticou ainda a postura do PT, que sempre incentivou o conflito entre produtores rurais e indígenas. Segundo ele, em seu governo, o Estado irá trabalhar pela paz no campo e pela justiça na questão das terras.

Segundo Reinaldo, caso eleito, ele lutará por indenização justa de terra nua e das benfeitorias das propriedades tituladas pelo Estado, caso haja determinação judicial para que elas sejam destinadas à ampliação das aldeias indígenas. Já as propriedades rurais de responsabilidade da União devem ser indenizadas pelo governo federal.

Decisões recentes ameaçam direitos territoriais indígenas e abrem polêmica no STF
SÍTIO BLOG DE ASSIS RAMALHO, 21.10.2014

Guarani-Kaiowá comem terra em manifestação na frente do STF, nesta semana



Deliberações usam caso da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (RR) como referência e podem significar obstáculos a novas demarcações. Mas ainda não há consenso na principal corte do País sobre o assunto

Decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) colocam em xeque os direitos de centenas de comunidades indígenas que ainda reivindicam suas terras, em especial no Centro-sul. O teor das deliberações mostra, no entanto, que a polêmica deve durar e que ainda não há consenso dentro da mais importante corte do país sobre alguns aspectos da questão.

Uma das decisões foi tomada pela 2ª turma, em meados de setembro, e anulou a demarcação e a portaria declaratória da TI Guyraroká, em Caarapó (MS), argumentando que os índios não estariam na área reivindicada há mais de 70 anos. A determinação baseia-se nas diretrizes adotadas pela corte no caso da TI Raposa-Serra do Sol (RR), em 2009, no qual a data de promulgação da Constituição (5/10/1988) foi indicada como "marco temporal" para comprovar a posse indígena, ou seja, a comunidade teria direito à terra se estivesse nela nessa data.

O problema é que muitos povos indígenas não se encontravam, na época, e ainda não se encontram em seus territórios porque foram expulsos. O próprio acórdão do julgamento da TI Raposa-Serra do Sol reconhece que, em casos como esses, o "marco temporal" não seria válido.

O laudo antropológico da TI Guyraroká atesta que inúmeros grupos Guarani-Kaiowá deixaram suas áreas de ocupação tradicional, nos anos 1940, quando os fazendeiros que as compraram

CONT.



do governo “paulatinamente expulsaram os índios”. O laudo ressalva que “vários documentos evidenciam que os Kaiowá não aceitaram passivamente a saída das terras” e que muitos deles continuaram na região, trabalhando em fazendas, como “parte de uma estratégia do grupo de permanência na terra onde sempre viveram” (leia o laudo).

“A coisa está tão absurda que, hoje, querem nos penalizar por termos sido expulsos de nossos territórios. Querem que assumamos a culpa pelo crime deles”, critica Ava Kaaguy Rete Guarani-Kaiowá, uma das lideranças que foram a Brasília, esta semana, pedir que o STF garanta seus direitos territoriais.

“Esse processo de saída não ocorreu livre de violências, de coações, de estratégias, enganações, técnicas de atração para retirar o índio que estava no fundo da fazenda, para a área de reserva, através de promessas de que lá você ia ter saúde, melhorias etc”, comenta Marcos Homero Ferreira Lima, antropólogo do Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul (MPF-MS).

Em junho de 2012, a Procuradoria da República no estado moveu a primeira de uma série de ações civis públicas para indenizar comunidades indígenas, entre elas a de Guyraroká, pelos danos morais e materiais que sofreram com o processo de colonização no início do século passado.

A coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, Déborah Duprat, considera que a decisão recente do STF precisa ser vista com cautela, mas lembra que o consenso na corte de que o “marco temporal” é inválido quando há “esbulho” dos índios data do início dos anos 1990.

“Exigir a posse contínua e permanente, por toda a vida, dessas comunidades, num determinado território, é desconhecer o processo civilizatório e desenvolvimentista que foi empurrando-as para as margens [do território nacional]”, afirma Duprat.

Raposa-Serra do Sol

Outra controvérsia envolve a própria aplicação, em outras demarcações, das orientações do caso Raposa-Serra do Sol. No julgamento sobre as dúvidas que restaram sobre ele, os chamados embargos, no ano passado, o relator, ministro Roberto Barroso, afirmou que “os fundamentos adotados pela Corte não se estendem, de forma automática, a outros processos em que se discuta matéria similar”.

Ele ponderou, no entanto, que qualquer decisão do STF pode ser considerada “diretriz relevante para as autoridades estatais – não apenas do Poder Judiciário – que venham a enfrentar novamente as mesmas questões”. O voto de Barroso prevaleceu, mas acabou abrindo caminho à polêmica.

Ministro Gilmar Mendes é o principal defensor da aplicação de condicionantes da Raposa-Serra do Sol a outros casos

CONT.



“O que o ministro Barroso quis dizer é que, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com as Ações Diretas de Inconstitucionalidade, a decisão do STF sobre a Raposa-Serra do Sol não vincula o julgamento de nenhum processo posterior, ainda que verse sobre a mesma matéria, seja em primeira instância, seja nos tribunais, inclusive no próprio STF”, ressalta o advogado Maurício Guetta, do ISA. “Portanto, os juízes têm ampla liberdade de interpretação jurídica e de decisão em novos casos”.

Em agosto, o plenário do STF, instância máxima da casa, rejeitou um mandado de segurança que pretendia anular a demarcação da TI Yvy Katu, também em Mato Grosso do Sul, deixando claro que as condicionantes da Raposa-Serra do Sol não seriam aplicáveis. O relator da matéria foi o ministro Ricardo Lewandowski.

Semanas depois, no entanto, em seu voto no caso da TI Guyraroká, que acabou prevalecendo sobre a posição de Lewandowski, o ministro Gilmar Mendes defendeu que as diretrizes do julgamento Raposa-Serra do Sol não devem ser aplicadas apenas “a esse caso específico, mas a todos os processos sobre o mesmo tema”.

Mendes disse que o relatório da Funai sobre a TI Guyraroká tem como “fundamento para a declaração da terra indígena o mero fato de ter havido, em momento pretérito, ocupação indígena no local”. Ele afirmou ainda que “esse argumento seria insuficiente para legitimar a demarcação” (veja os votos de ministros, debates na corte e acórdão sobre o caso).

Já o ministro Ricardo Lewandowski vem defendendo que condicionantes do caso Raposa-Serra do Sol não podem ser aplicadas em outras situações

No final de setembro, outra decisão, também da segunda turma, anulou a portaria da TI Porquinhos (MA), ampliada, em 2009, de 79 mil hectares para 301 mil hectares.

Segundo o site do STF, para relatora ministra Carmem Lúcia, a portaria desrespeitou a condicionante do caso Raposa-Serra do Sol que vedaria a ampliação de TIs.

Tanto no caso da TI Porquinhos quanto no da TI Guyraroká, os ministros da 2ª turma contrariaram decisões anteriores do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a segunda corte mais importante do País.

Jurisprudência

“O quadro que se desenha é bastante preocupante”, analisa Duprat. Ela avalia que a aplicação generalizada das orientações do caso Raposa-Serra do Sol, alvo de intensas críticas do movimento indígena, traria muitas dificuldades para novas demarcações. A expectativa da bancada ruralista, que cresceu no Congresso nessas eleições, é a de que as últimas decisões justifiquem novas ações.

A procuradora reforça, porém, que, com exceção da 2ª turma do STF, é muito difícil fazer um prognóstico sobre a consolidação de jurisprudência sobre o tema. Duprat menciona que, além

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 189/ 2014

Brasília, 21 de outubro de 2014.

de decisões divergentes nas duas maiores cortes do País, vários ministros do STF tomaram decisões isoladas defendendo que as condicionantes não seriam aplicáveis a outras situações.

Marcos Lima, do MPF-MS, alerta que, em vez de resolver os conflitos, as decisões recentes do STF podem ampliá-los. "É possível prever que várias terras que já estão no prelo de serem demarcadas serão impactadas. Você simplesmente paralisar ou anular [a demarcação], não vai resolver o problema. Vai perpetuar para todo o sempre o conflito".

Fonte: Instituto Socioambiental em Envolverde

Projeto no Alto Vale quer devolver nome original à população indígena
SÍTIO RÁDIO EDUCADORA, 21.10.2014

O projeto conta com o apoio da Escrivania de Paz do Município de José Boiteux



Tribunal de Justiça de Santa Catarina

A Corregedoria-Geral da Justiça, com base em resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), deliberou seu apoio a projeto atualmente em desenvolvimento na região do Alto Vale do Itajaí, que envolve a retificação de registros de nascimento indígenas com a inserção, nas certidões, da identificação tradicional da etnia Xokleng.

O projeto, idealizado pelo Centro Universitário para Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi), conta com o apoio da Escrivania de Paz do Município de José Boiteux. A estimativa é que cerca de mil pessoas, todas integrantes da reserva Lã Klãno, em José Boiteux, possam beneficiar-se do direito de inserir suas denominações indígenas nas certidões civis. Na década de 1980, segundo historiadores, descendentes indígenas preferiam omitir suas origens em documentos como forma de evitar preconceito e apressar o processo de aculturação.

MPF aciona a Justiça para garantir salas de aula na aldeia
SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 21.10.2014

Sem estrutura, estudantes indígenas estão assistindo aulas debaixo de árvore e mais de 800 crianças estão fora da escola nas aldeias



Estudantes indígenas assistem aulas embaixo da árvore
foto - Marcos Ribeiro

O Ministério Público Federal ajuizou ação cível para garantir a implantação de salas de aula na Reserva Indígena de Dourados. Sem escolas, estudantes estão tendo aulas debaixo de uma árvore. Segundo Comissão de Professores da Reserva, mais de 800 crianças estão fora da escola por falta de estrutura, nas aldeias.

De acordo com o presidente do Observatório dos Direitos Indígena, o advogado Wilson Matos, a ação do MPF cobra a construção de novas salas de aula. Ele diz que a comunidade deu um prazo até 3 de novembro para buscar um acordo. Eles também denunciam o estado de conservação das estradas e a desvalorização dos professores.

De acordo com membros da Comissão Indígena de Professores, a medida é tomada depois de muitas tentativas frustradas de negociação com o poder público.

Segundo com o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Fernando de Souza, venceu em 2012 um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em que a Prefeitura de Dourados teria que construir cinco novas salas de aula. Em 2013 e 2014 nada avançou e as lideranças indígenas decidiram que não vão mais dialogar. "Agora o caminho será a Justiça porque é inadmissível que crianças sejam tratadas como estão nas escolas públicas", destaca.

CONT.



Debaixo da árvore Sem salas, duas turmas do 9º ano da Escola Tengatui Marangatu que não encontraram espaço dentro da escola estudam embaixo da árvore. Uma das alternativas encontradas para que pudessem estudar foi um galpão improvisado, que não oferece estrutura básica para comportar uma sala de aula. Sem nenhuma ventilação, o local é abafado e os alunos não suportam o calor excessivo. Sem alternativa, eles vão para debaixo da árvore onde os professores improvisam a aula.

Além do calor, os alunos se deparam com a falta de água, banheiros e ainda disputam espaço com lagartas de árvore e morcegos que ficam instaladas em telhado sem forro do galpão. "Já aconteceu dos cadernos e livros dos alunos ficarem todos sujos com fezes e urinas de morcego", destaca o professor. O aluno Claudinei Bruno diz que a situação é desestimulante. "Todos os dias penso em desistir de estudar. A gente passa sede, vontade de ir ao banheiro e muito calor. Quando venta, a poeira entra toda no galpão que está com os vidros quebrados. Quando chove os problemas aumentam porque há muitas goteiras e molha tudo lá dentro", lamenta.

A estudante Flávia Sepre Verá, diz que é muito cansativo e perigoso para os alunos ficarem o tempo todo atravessando a estrada para tomar água ou ir ao banheiro. "Gasta muito tempo, é arriscado estarmos fora do ambiente escolar, correndo o risco de atropelamentos e ações de criminosos", destaca a aluna. De acordo com Comissão Indígena de Professores, hoje a escola Tengatui Marangatu tem 970 alunos, um excesso de cerca de 400 estudantes. Atualmente são duas salas mas, até o ano passado, cinco salas de aula funcionaram debaixo de árvores. "A direção da escola teve que espremer os alunos e fechar duas salas de aula. Também fechou cadastro para novas matrículas", destaca o professor Maximino Rodrigues.

Outro Lado A secretária de Educação de Dourados, Marinísia Mizoguchi, disse recentemente que reconhece a superlotação dentro da Reserva, mas desconhece o fato dos alunos estarem estudando embaixo de uma árvore. Ela explica que, em recente reunião com a secretária estadual de educação Nilene Badeca, conseguiu que ela cadastrasse mais uma escola para a aldeia de Dourados.

No entanto, para se tornar realidade, esta nova escola cadastrada precisará de investimentos federais. A secretária também diz que vai pedir ao Estado para que ceda quatro salas da escola Guateka para os alunos da Tengatui e verificar a possibilidade de novas escolas construídas pelo Estado em parceria com a Prefeitura. (Douradosagora)



Ministério do Turismo divulga resultado de chamada pública

SÍTIO JORNAL BRASIL, 21.10.2014

O Ministério do Turismo selecionou, por meio de chamada pública, sete projetos de incentivo às produções artesanais, industriais ou agropecuárias que incorporem valor turístico aos municípios no entorno de 12 Parques Nacionais. Os projetos classificados poderão receber até R\$ 600 mil, totalizando o investimento de R\$ 3 milhões distribuídos pelas macrorregiões do país.

As ações devem favorecer comunidades locais e valorizar a cultura de cada região de modo a gerar renda aos municípios. Os beneficiados podem ser pequenos agricultores, artesãos, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais, empreendedores individuais, além de micro e pequenos empreendedores.

O resultado da chamada pública foi divulgado nesta segunda-feira (20), no Diário Oficial da União. As propostas classificadas são Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão (MA), Goiás Turismo – Agência Goiana de Turismo (GO), Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro (MG), Prefeitura Municipal de Morro do Pilar (MG), Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará (CE) e Prefeitura Municipal de Praia Grande (SC).

Os projetos estarão aptos a receber o recurso desde que atendam a todos os requisitos estabelecidos pela Portaria nº 507/2011, que regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública. A celebração de convênios está condicionada ao cumprimento de todas as exigências previstas pela legislação.

“O objetivo inicial da chamada pública era selecionar cinco projetos, sendo um em cada macrorregião. Como o valor de algumas propostas era menor do que o previsto no edital, outros dois projetos poderão ser apoiados ainda neste exercício”, disse o secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, Neusvaldo Lima. Durante o processo de seleção, os municípios inscritos puderam entrar com recurso para recorrer sobre as pontuações atingidas. Veja a análise de recurso aqui.

Para estimular o turismo nos Parques Nacionais, o Ministério do Turismo lançou uma nova linha de ação que visa qualificar produtores dos mesmos municípios do entorno. Atualmente, os Parques Nacionais brasileiros recebem 12 milhões de pessoas por ano e faturam cerca de R\$ 1,5 bilhão. Os parques priorizados pelo governo federal são: Anavilhanas (AM); Lençóis Maranhenses (MA); Ubajara (CE); Brasília (DF); Chapada dos Guimarães (MT); Chapada dos Veadeiros (GO); Serra do Cipó (MG); Tijuca (RS); Itatiaia (RS); Serra dos Órgãos (RJ); Aparados da Serra (RS) e Serra Geral (SC).